



Condições de estabilização da agricultura familiar em Santo Antônio do Tauá-PA

Stabilization conditions for family farming in Santo Antônio do Tauá-PA

Antônio Arthur Cruz do Nascimento, Doutorando, UFPA, aarthurcdn@hotmail.com;
Carlos Valério Aguiar Gomes, Doutor, UFPA, valeriogomes@ufpa.br

Resumo

Este trabalho discute quais relações se estabelecem entre agricultura familiar e sustentabilidade na Amazônia. Procura entender esta relação partindo da diferenciação entre a dinâmica do ciclo de fronteira e a complexificação dos agrossistemas como mecanismo de estabilização territorial. Para a análise, recorta-se da fronteira antiga do nordeste paraense, o município de Santo Antônio do Tauá em duas comunidades com trajetórias socioespaciais diferentes. Analisa-se ainda até que ponto as práticas agrícolas de estabelecimentos familiares, muitas vezes conceituadas como insustentáveis, respondem de fato pela degradação florestal e dos recursos hídricos nos territórios de desenvolvimento da agricultura familiar na região. Metodologicamente utiliza-se de visitas a campo e entrevistas semi-estruturadas com agricultores para compreender os processos de sustentabilidade dos agrossistemas além de mobilização teórica de trajetórias agrícolas na Amazônia e sujeitos no campo. Conclui-se que abordagens teórico e metodologicamente mais amplas são imprescindíveis para abstrair elementos do agrossistema familiar responsáveis pela manutenção da sustentabilidade, elementos que transcendem a análise técnica de plantios e práticas, que incorporam decisões socioeconômicas em momentos de crise, de auge produtivo, de emprego de mão de obra familiar e de escolhas sobre culturas e áreas.

Palavras-chave

Agricultura familiar; nordeste paraense; sustentabilidade; estabilidade territorial.

Abstract

This paper discusses the relationships established between family farming and sustainability in the Amazon. It seeks to understand this relationship by first examining the differentiation between the dynamics of the frontier cycle and the complexification of agro-systems as a mechanism for territorial stabilization. To conduct the analysis, two communities with different socio-spatial trajectories were chosen in the municipality of Santo Antônio do Tauá in Northeastern Pará, an old occupation frontier. The study analyzes the extent to which smallholder agricultural practices, which are often regarded as unsustainable, actually account for the degradation of forests and water resources in the areas where smallholders engage in farming activities. Methodologically, we conducted field visits and semi-structured interviews with farmers to understand the processes of sustainability of agro-systems. We also mobilized theories of agricultural trajectories in Amazonia. We concluded that a broader theoretical and methodological approaches are essential to isolate the elements of smallholder agro-systems responsible for maintaining sustainability. These elements transcend the technical analysis of plantations and practices and incorporate socioeconomic decisions in times of crisis, productive peaks, employment of family members and choices regarding agricultural areas and crops.

Keywords

Family farming; Northeastern Pará; sustainability; territorial stability.

1. Introdução

Já é possível afirmarmos que hoje há um acúmulo significativo de reflexões sobre os processos de ocupação e uso da terra na Amazônia e as correlações destes com as dinâmicas de degradação ambiental, sobretudo das florestas da região (SCHMINK; WOOD, 2012; BECKER, 2001; MARTINS, 1997; HÉBETTE; ACEVEDO, 1979; PENTEADO, 1967). Apesar disso, não é possível afirmar que exista um modelo único que garanta o entendimento destas correlações de maneira geral, dado que a região é formada socioespacialmente por uma grande diversidade de sujeitos e grupos que, num contexto de produção agrícola, organizam-se produtivamente de forma diversa em interface com os recursos naturais disponíveis e com contextos institucionais locais e regionais. A diversidade sociocultural e econômica transforma também a paisagem regional. O caso do nordeste paraense é bem emblemático: representa padrões de ocupação enraizados historicamente no início da expansão da fronteira agropecuária regional, especialmente a partir da segunda metade do século XX, a paisagem expressa o encontro da diversidade de atores sociais na região e, inerentemente, a diversidade da capacidade tecnológica e de emprego de capital na organização produtiva destes.

Os sujeitos chave das discussões deste trabalho são entendidos na literatura ora como camponeses, ora como agricultores familiares, aqui estes se fundem como sinônimos e não como categorias. Respeitando a riqueza do debate, privilegia-se o caráter indissolúvel destes agricultores como sujeitos sociais detentores de unidades de produção e consumo simultaneamente, aqui tratados como agricultores familiares.

Assim, o objetivo desse trabalho é contribuir no entendimento das relações estabelecidas entre diversos fatores relacionados às condições de estabilização da agricultura familiar, integrando práticas produtivas e manejo de recursos naturais, componentes socioeconômicos, organização da produção e acesso a mercado, crédito e assistência técnica e posse e propriedade da terra no contexto de um município de fronteira antiga no nordeste paraense. Entendemos que esses aspectos são decisivos quanto às tendências da agricultura familiar de se estabilizar em determinada área ou seguir avançando sobre áreas de floresta, no movimento de ciclo de fronteira ou estabilização por meio da complexificação dos sistemas familiares, conforme proposto por Hurttienne (1999) e Costa (1994).

Adiantamos, portanto, que “estabilidade territorial” realiza-se a partir da capacidade, mediante certos componentes externos e internos ao estabelecimento familiar, dos agricultores familiares alocarem recursos agronômicos e econômicos disponíveis em favor da

otimização do uso da área do estabelecimento sem que se faça necessário o avanço contra novas áreas, reimprimindo novas territorializações e por si diluindo a noção de estabilidade.

Estes dois movimentos são responsáveis por atribuir a este grupo social certa correlação entre as suas práticas produtivas e o avanço de fronteira agrícola contra a floresta. Obviamente, relacionar estas tendências em amplo contexto regional exigiria esforços empíricos das diversas realidades do agricultor familiar na região, o que extrapola o escopo desse trabalho. Porém, o estudo da comunidade de Taperinha e João Coelho, em Santo Antônio do Tauá no nordeste paraense, sugere relações interdependentes entre práticas agrícolas, segurança fundiária, manejo de recursos com a dinâmica de estabilização territorial da agricultura familiar.

É um recorte demonstrativo considerando que o nordeste paraense é uma das regiões de consolidação de fronteira agrícola mais antigas e importantes da região amazônica (VELHO, 1979), como tal destinada a *priori*, aos colonos nordestinos e migrantes de outras regiões que chegaram na Amazônia no século passado em momentos diferenciados, designados a consolidar uma faixa de produção agrícola até a região bragantina, para o abastecimento da capital, portanto, área de intensa atividade antrópica (TAVARES, 2008; CONCEIÇÃO, 2002; ÉGLER, 1961).

A ocupação e permanência de agricultores obedecem a componentes próprios e, adianta-se que uma análise generalista dificulta ponderações conclusivas sobre as relações entre dinâmica de ocupação, produção e pressões antrópicas. Neste contexto, o recorte deste trabalho considera comunidades com formações socioespaciais diferentes entre si, porém situadas em uma área de colonização antiga, que em tese seria representativa no argumento que alia a agricultura familiar à instabilidade e pressão sobre os recursos naturais.

2. Procedimentos metodológicos

O recorte analítico que destaca a Comunidade de Taperinha e João Coelho, em Santo Antônio do Tauá privilegia as particularidades históricas que diferenciam ambas entre si e que realçam como os diferentes processos de formação socioespacial, ainda que em duas áreas de ocupação antigas, são determinantes nas estratégias e no perfil produtivo dos camponeses.

O mapa (Figura 1) traz um recorte do município de Santo Antônio do Tauá no nordeste paraense, destacando a localização das duas comunidades.

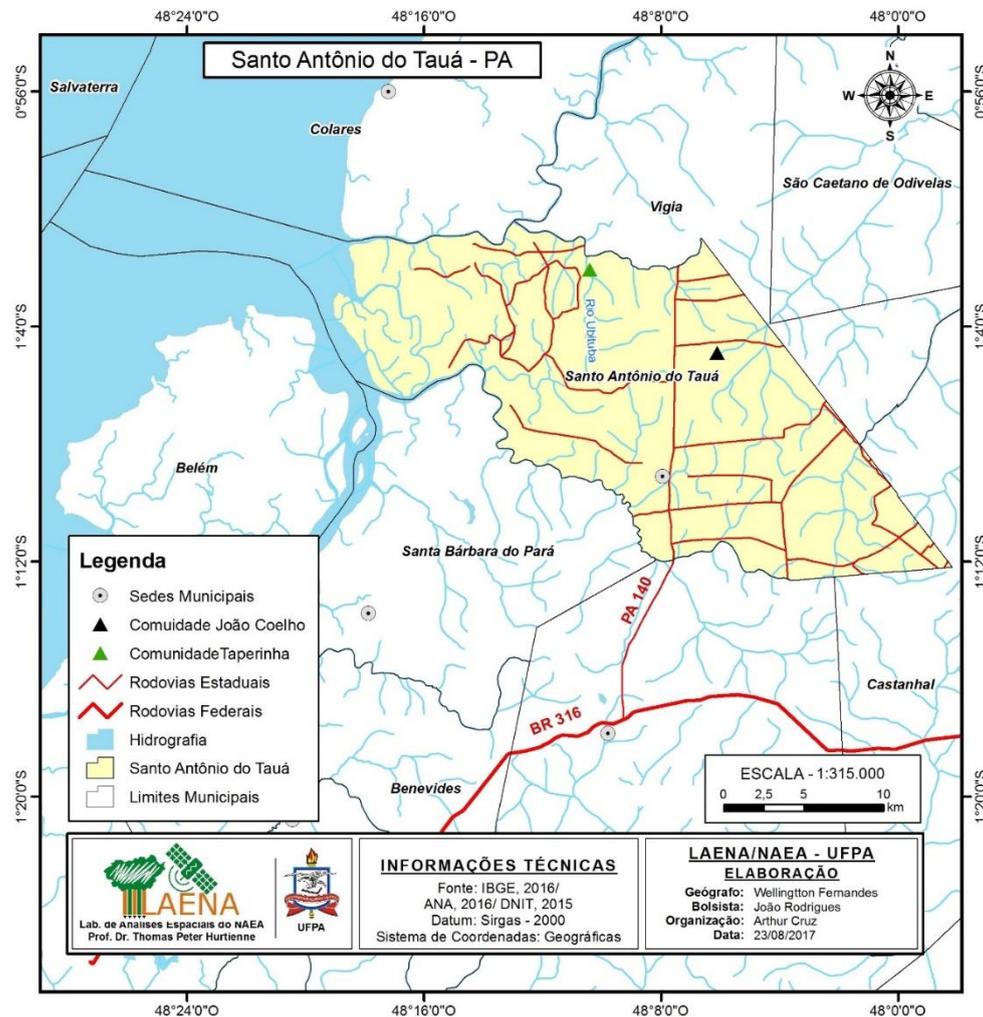


Figura 1 - Localização do município de Santo Antônio do Tauá-PA

As comunidades discutidas representam em diferentes momentos históricos o processo de ocupação ocorrido na região, tanto nas suas características fundiárias quanto no perfil produtivo das famílias. A comunidade Taperinha, surgida no fim do século XIX em função das redes de navegação pelos rios, no caso, rio Ubituba, representa o padrão de ocupação “rio-várzea-floresta”; enquanto a comunidade João Coelho, surgida no século XX, representa o padrão “estrada-terra firme” no contexto de aberturas de rodovias no interior para conexão comercial com a capital do Estado. Esses dois padrões são bem significativos das transformações nos processos de ocupação da Amazônia, conforme proposto por Porto-Gonçalves (2005).

Dos modelos de ocupação na Amazônia, diferentes abordagens teóricas procuram entender a dinâmica territorial da produção familiar na região, em especial desta em relação

ao avanço contra áreas de floresta primária e secundária, que são o instrumental teórico destas reflexões, dadas por ambos, Hurtienne (1999, p. 80-82) e Costa (1994): a tese do “ciclo de fronteira” e a “estabilização relativa por meio da complexificação”.

2.1 Procedimentos de campo

Realizou-se visitas a campo entre junho e agosto de 2017 nas duas comunidades. Para análise das práticas agrícolas, priorizou-se um espaço amostral de pelo menos 2 estabelecimentos por cada perfil produtivo (definido pelas práticas agrícolas, como o subtipo hortas + permanentes, por exemplo), totalizando visitas a cerca de 40 estabelecimentos no total, 29 em João Coelho e 11 em Taperinha, respeitando as proporções demográficas e territoriais de cada comunidade.

Num percurso metodológico de caráter qualitativo, as entrevistas semiestruturadas com os agricultores indagaram sobre segurança fundiária, técnicas de produção nos agrossistemas, disponibilidade de mão de obra familiar e acesso a políticas de fomento¹ para a agricultura familiar. Estes aspectos são indispensáveis quanto à tendência dos estabelecimentos familiares se estabilizarem em determinada área ou seguirem avançando sobre áreas de floresta, no movimento de ciclo de fronteira, de acordo com o corpo teórico deste trabalho.

O primeiro momento do texto é uma explanação sobre o ciclo de fronteira e a estabilização relativa por meio da complexificação enquanto noções que explicam as dinâmicas entre a agricultura familiar e o avanço, ou não, sobre áreas de floresta na Amazônia. O segundo é uma imersão no universo produtivo das comunidades em destaque para, por fim, encaminhar nas considerações finais debates sobre as relações entre a agricultura familiar e a degradação da natureza, em Taperinha e João Coelho como pressupostos para reflexões mais gerais em escala regional.

3. As visões do ciclo de fronteira e a estabilização por meio da complexificação: reflexões sobre as comunidades

As experiências advindas da Revolução Verde e dos modelos de produção agrícola implantados no sul do país contextualizam a ideia de que a produção agrícola familiar na Amazônia seja uma atividade transitória, irracional e estagnada. Como tal, responsável por

¹ Em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), considerando o “Grupo B”, segmento destinado ao chamado pequeno agricultor familiar.

acoplar em seu movimento de expansão e reprodução o desmatamento através do inerente avanço sobre novas áreas de florestas.

Para Hurtienne (2005), a primeira fase deste processo seria o plantio, na via de derrubada da floresta primária, para atender a demanda de alimentos de centros urbanos imediatos a baixo custo. Na segunda fase, fragilizados pela ausência de título de posse, infraestrutura inexistente ou ineficiente, por políticas de fomento destinadas a grandes empreendimentos e pelo crescente empobrecimento do solo, a saída se apresenta como expulsão ou venda da terra ao latifúndio (em geral pecuaristas). O resultado é a marginalização de agricultores familiares pela concentração da terra, além da migração para centros urbanos ou a busca por novas fronteiras e, portanto, recomeço do ciclo.

A insegurança fundiária e as políticas agrícolas que privilegiam atividades intensivas em capital são condicionantes chaves na manutenção do ciclo. Esta é assegurada pela caracterização arcaica dos sistemas agrícolas familiares, na medida em que incentivam a mecanização química e motorizada do campo como caminhos para “sustentabilidade” ambiental e econômica dos sistemas agrícolas, geralmente pautados em parâmetros generalistas, com pouca ou nenhuma consideração das práticas agrícolas construídas e acumuladas por produtores familiares ao longo de suas trajetórias nas fronteiras de ocupação da região.

Os estudos sobre dinâmica agrária da produção familiar na Amazônia absorveram de maneira generalizada a ideia de ciclo, aliando sua ocorrência ao aumento da possibilidade de acesso a terras mais baratas em função do aumento da malha rodoviária na região durante o governo autoritário, principalmente no Sul do Pará (HÉBETTE; ACEVEDO, 1979, SCHMINK; WOOD, 2012).

As análises sobre o manejo de recursos naturais em estabelecimentos familiares na região feitas em áreas de avanço da fronteira capitalista, como o sudeste paraense, ganham amplitude analítica incumbida de, em um único modelo, explicar a realidade de recortes com elementos ecológicos e socioeconômicos completamente diferenciados como em áreas de colonização mais pretérita, como o Nordeste do Pará, que data dos anos 40-50 (Hurtienne, 2005). A afirmação da ideia de irracionalidade agroecológica da agricultura familiar como padrão para a Amazônia atravessou estudos importantes como de Felisberto Camargo, que entende esta como:

Entregue à rotina sem receber a mínima assistência e orientação técnica, caminha a exemplo do índio, avança eternamente, derruba novas árvores todos os anos, prossegue nômade, mudando sempre de região, produzindo o mínimo com a destruição dessa riqueza secular que a cada passo é deitada abaixo e queimada inconscientemente (CAMARGO, 1948, *apud* CONCEIÇÃO, 1990, p. 8).

Clássicos estudos ampliaram os debates nesta linha de raciocínio, pensando o estabelecimento familiar como "empírico" (s) e "arcaico"(s) (PENTEADO, 1967, p. 470). A chegada a estas conclusões se fundamenta em trajetórias prejudicadas notadamente por equívocos metodológicos em recortes temporais e análises insuficientes sistêmicas dos agrossistemas, ignorando elementos fundamentais como a idade da colonização, a titulação de quantidade significativa dos estabelecimentos, o mercado consumidor crescente de Belém (até certo momento) e as perspectivas agroprodutivas ainda imprevisíveis para qualquer conclusão fechada à luz dos comportamentos agrícolas e socioeconômicos de outras fronteiras da Amazônia, revelando que:

Um dos problemas metodológicos fundamentais para qualquer estudo sobre campesinato no nordeste paraense é a necessidade de livrar-se dessas visões superficiais predominantes, tentando realizar ao mesmo tempo uma revisão histórica da colonização e uma reconstrução das estruturas e dinâmicas de desenvolvimento dos sistemas de produção (HURTIENNE, 2005, p.49).

O agrupamento de agrossistemas diversos em vários aspectos dentro de uma abordagem de tendência generalizada custou a legitimação do discurso de subdesenvolvimento a atividade agropecuária de pequeno porte em favorecimento as estratégias desenvolvimentistas dos anos 70 que privilegiaram a entrada do grande capital na região. A diversidade estrutural da produção familiar na Amazônia, incluindo o nordeste paraense levantou questionamentos sobre a validade efetiva do ciclo de fronteira como modelo explicativo das ligações entre agricultura de pequeno porte e o avanço do desmatamento.

As análises de Costa (1992, 1996, 1997) evidenciam uma contra tendência à linearidade do ciclo de fronteira que condicionava a pequena produção a um quadro de contínua submissão produtiva e econômica ao capital, demonstrando que elementos associativos a racionalidade de ciclo de fronteira se efetivavam com rigor em áreas de

fronteiras mais recentes enquanto que em áreas de colonização e ocupação pretéritas, como no nordeste do Pará (as quais o ciclo, em tese, já deveria ter continuamente se efetivado).

Para tal, considerou-se as diferentes condições as quais os agricultores familiares reagiram as flutuações de mercado, condições nutricionais dos solos, pressão demográfica e concorrência com outros mercados para o abastecimento de Belém, notadamente a partir da construção da Rodovia Belém-Brasília e a integração a fontes de bens agrícolas oriundos de Imperatriz, por exemplo.

Alguns condicionantes da manutenção da dinâmica nômade atribuída a agricultura familiar, no nordeste paraense, por exemplo, como o encurtamento do ciclo de pousio em função da integração crescente aos mercados da Grande Belém e a pressão demográfica, empobrecimento dos solos, e a incapacidade de investimentos corroborando no quadro de empobrecimento econômico dos estabelecimentos foram tendências a dinâmica de ciclo que tiveram validade limitada e "funcionaram em certos períodos de crise dos sistemas de produção, mas não como tendências lineares e gerais de longo prazo" (HURTIENNE, 2005, p. 53).

A base decisiva para as reorientações produtivas da agricultura familiar opera com a disponibilidade de mão de obra familiar, o nível limite de fadiga e exploração desta mão de obra, os meios de produção como a terra, como também as possibilidades de mercados consumidores, elementos caracterizados como:

Fortemente condicionados pelos fatores "estruturais" em nível macro e meso como a taxa de monopólio (e a taxa de lucro) do capital mercantil, a relação dos preços do produto camponês e dos produtos industriais e a relação entre produtividade local e regional dos produtos (HURTIENNE, 2005, p. 56).

Para o autor, estes "fatores estruturantes" agem em tendência contínua a corrosão das estratégias reprodutivas familiares, orientando estas para uma elevação do rendimento do trabalhador familiar e indicando que a luta entre as condições de produção familiar e estes fatores podem explicar as "tensões reprodutivas" (COSTA, 1997, p. 6), as chamadas crises agroecológicas e econômicas dos sistemas de produção, mas que não indicam uma submissão completa aos condicionantes externos. Porém, representam uma mobilização de "esforços extras para mudanças incrementais ou até radicais dos sistemas de produção para superar as crises de reprodução" (HURTIENNE, 2005, p. 56).

A admissibilidade da dimensão socioeconômica e cultural para a leitura das dinâmicas agrossistêmicas indicaram perspectivas divergentes em relação ao ciclo de fronteira por considerar nuances fundamentais nos processos decisivos dos pequenos agricultores, indicando que:

Na Amazônia vem se verificando, desde os anos oitenta, entre os camponeses, um processo claro de reordenamento da base produtiva agrícola: a agricultura itinerante de derruba e queima - a *shifting cultivation* - vem cedendo lugar a sistemas agrícolas onde as culturas perenes e semiperenes tendem a apresentar importância crescente, ao lado de uma pecuária bovina de pequeno porte e da criação de pequenos animais (COSTA, 1997, p. 2).

A prevalência dessas mudanças é diversa em função da variação da densidade populacional, do tamanho das propriedades, da disponibilidade de terras por trabalhador rural, e do grau de monopolização capitalista (COSTA, 1997). A tendência destas variáveis de forma positiva, exceto da monopolização capitalista, indica uma maior intensidade das mudanças da dinâmica dos agrossistemas. O risco, segundo Hurtienne (2005) reside na abrangência de postular a tendência de estabilização por meio da complexificação como uniforme para o campesinato no Pará, nessa perspectiva, é importante entender que:

Esse grau variável de complexificação dos sistemas de produção familiar depende das formas particulares nas quais se desenvolvem as fronteiras de diversas idades e estruturas fundiárias, como resultado de uma complexa interação de fatores condicionantes, como os agroecológicos, as características específicas da ocupação territorial e o papel das políticas agrárias (HURTIENNE, 1999, p. 90).

Fatores fundamentais diferenciam o modelo de territorialização camponesa no nordeste paraense de regiões como o sudeste do estado, na medida em que o nordeste do Pará já tinha "uma alta taxa de títulos de propriedade já distribuídos antes da construção da Belém-Brasília e uma estrutura fundiária concentrada na faixa de 25 até 50 ha. (HURTIENNE, 1999, p.91)". Assim, as particularidades diversas comentadas acima que imprimem suas interferências nos padrões de acesso e uso dos bens naturais e as relações dos agrossistemas com estes, ajudarão a compreender com mais lucidez o funcionamento sistêmico dos estabelecimentos familiares nas duas comunidades analisadas.

3.1 Caracterização do perfil produtivo da comunidade João Coelho

A origem da comunidade João Coelho remete ao padrão de ocupação que pensou o nordeste paraense como fronteira estratégica para a produção agrícola principalmente via abertura de ramais e estradas, na metade do século XX. A ocupação da área principalmente por famílias nordestinas atraídas para a região pelas promessas de disponibilização de áreas agrícolas segue o mesmo padrão que deu origem ao município. Considerada uma das comunidades mais proeminentes no cenário agrícola do município, João Coelho está localizada no que seria a 9ª Travessa, via que já leva o nome da comunidade e toca a PA 140 na altura do km 25, servindo de interligação com outras travessas e comunidades de mesma vocação socioeconômica.

Em entrevista realizada com técnicos da Emater em 2017, são assistidos 93 estabelecimentos, e com servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará) que atendem a estabelecimentos com até 10 cabeças de gado (de acordo com o recorte deste trabalho) afirmaram somar 6 estabelecimentos nesta categoria. Dados comunitários da Igreja Católica por meio da Comunidade de Santa Luzia indicam a existência de 150 famílias na comunidade.

A comunidade é composta por uma elevada quantidade de estabelecimentos advinda da fragmentação de propriedades maiores para divisões de herança, comercialização entre vizinhos e com terceiros; caracterizando o tamanho médio de 6 hectares por propriedade.

A estrutura fundiária pelas divisões de áreas para filhos e herdeiros muitas vezes não impõe como obrigatoriedade a titulação da terra para todos os herdeiros ou moradores das propriedades, embora estes desempenhem atividade agrícola em áreas pré-definidas em acordos familiares. A segurança fundiária é firmada nas relações sociais que muitas vezes não são registradas em cartórios, mas que garantem uma seguridade territorial e maior firmeza no investimento e nas opções técnicas manutenção do agrossistema. Observou-se em campo que muitos estabelecimentos são compostos por diversos plantios divididos entre membros da família, mas que compõem uma única propriedade, como também pela fusão de estabelecimentos vizinhos de uma mesma família e divisões internas acordadas dentro do seio familiar.

Esta complexificação da divisão e do uso das propriedades favorece a utilização total da propriedade como área plantada em mais da metade dos estabelecimentos visitados, coexistindo com estabelecimentos que mantém entre 40 e 50% da área como florestas primárias ou secundárias, importante para a preservação de corpos hídricos. A variabilidade

de culturas plantadas é associada a possibilidade de emprego maior ou menor de mão de obra familiar por estabelecimento; quando há mais membros da família dispostos a trabalhar observa-se uma tendência de variação de culturas na área plantada.

Em entrevista com patriarca da Família Lima, observou-se que a produção de hortaliças é quase hegemônica e varia apenas em torno da manutenção da própria horta através da incorporação da roça apenas como cultura recuperadora da fertilidade da terra "cansada", em períodos mais curtos de pousio com duração média de um ano. Estabelecimentos com maior disponibilidade de mão de obra familiar ou com possibilidades econômicas que permitem a contratação de mão de obra externa temporária, estratégia de manejo simultâneo em áreas diferentes, permitindo o pousio e a horta, são mais frequentes. Observou ainda que mesmo em estabelecimentos de tamanhos similares de área plantada, mas com mão de obra familiar menor o tempo destinado ao pousio é maior (entre dois a três anos) em função da concentração de trabalho familiar nas áreas produtivas do agrossistema.

Além da mão de obra como vetor de diferenciação do manejo dos agrossistemas, algumas disparidades socioeconômicas entre estabelecimentos familiares também interferem na trajetória e incorporação de outras culturas. Coadunando com as contribuições de Schneider & Conterato (2006) sobre pluriatividade do cerne produtivo e econômico familiar, observou-se que estabelecimentos mais diversos, tendem a destinar áreas significativas da propriedade (10 a 30%) a culturas permanentes, no geral frutíferas. Produtores familiares com esse perfil exercem outras atividades econômicas como comércio (mercadinhos) ou parte da família trabalha em atividades não agrícolas, como funcionalismo público; isto favorece a contratação de trabalhadores temporários para as demandas de mão de obra na propriedade. Em todo caso, a obtenção de renda de atividades não agrícolas é destinada a manutenção da produtividade ligada a terra, atividade com maior participação na geração de renda nestes modelos de estabelecimento.

A geração de renda, em todos os perfis produtivos acima, é oriunda majoritariamente da atividade agrícola. A produção de hortaliças, apesar dos custos produtivos e da sensibilidade do cultivo, figura como a atividade que promove a principal rentabilidade para os produtores. Produtores enviam diariamente cestos de hortaliças para a feira do Entroncamento em Belém; e até três vezes por semana para a Central de Abastecimento do Pará (CEASA) e para o mercado Ver-o-Peso no centro de Belém. O transporte é organização entre os próprios agricultores, formando parcerias com os que têm transporte maior (ônibus adaptados ou pequenos caminhões) favorecendo assim a diminuição de custos de transporte.

A comercialização dos produtos na CEASA é realizada por relação direta entre produtores e consumidores, diferentemente da comercialização com terceiros nos mercados do Entroncamento² e no mercado Ver-o-Peso.

Independente do tamanho da propriedade e do perfil produtivo, voltado apenas para hortaliças ou mais diversificado, a utilização de adubo orgânico e químico é presente em todas as propriedades, assim como uso de agrotóxicos. A única variável que suspende o uso deste último é a flutuação dos preços das hortaliças no mercado, não compensando financeiramente o emprego de agrotóxicos nos plantios. De fato, as crises vivenciadas pelos produtores estão diretamente associadas as instabilidades de preços das hortaliças no mercado.

É evidente o descrédito dos produtores no que concernem as políticas de apoio creditício ao pequeno produtor, em voga, o PRONAF. Os relatos mais frequentes referem-se às dificuldades burocráticas para acessar o financiamento do governo. Os produtores mobilizam-se através da Associação para superar uma variedade de desafios enfrentados, tais como, aluguel de máquinas para manutenção do ramal, compra de minerais para correção do solo, entre outros.

3.2 Caracterização do perfil produtivo da comunidade Taperinha

A comunidade é ligada via estrada de terra com a PA 140 na altura do Km 29, na vila de Patauateua, região quase limítrofe com o município de Vigia de Nazaré. A comunidade é uma das cinco ligadas à rodovia através do ramal do Bom Jesus, distando 6km da PA.

A despeito da posterior ligação via terra, a comunidade tem sua origem ligada ao padrão de circulação pelos rios, notáveis na Amazônia até o século passado. De acordo com Ataíde (2017) Taperinha surge por volta da segunda metade do século XIX as margens do rio Ubituba, o qual ligava o pequeno povoado a Vigia de Nazaré e possibilitava a comercialização de farinha de mandioca, produzida na comunidade, além de cupuaçu, uxi, açaí, laranja, abacate, castanha-do-pará, pupunha e outras na feira de Vigia. O rio representava ainda a possibilidade da pesca como incremento na alimentação dos moradores. A chegada dos moradores e fixação destes foi anterior às estratégias do poder público de uma colonização

² Importante feira popular localizada na confluência de vias importantes da cidade de Belém: Avenida Almirante Barroso, Pedro Álvares Cabral e Rodovia Augusto Montenegro.

agrícola mais ordenada do nordeste paraense, determinando o perfil produtivo, fundiário e socioeconômico da comunidade de forma particularizada em relação a grande parte do município.

Atualmente, os estabelecimentos familiares tem tamanho médio de 5 hectares, com pequenas variações de tamanho de área plantada. O crescimento vegetativo dos últimos vinte anos refletiu a necessidade de incorporação de mais superfície plantada de maneira gradativa e, por fatores diversos, criam trajetórias ora paralelas ora convergentes nas formas de manejo dos agrossistemas.

Neste contexto, as plantações de hortaliças em sistemas com culturas permanentes aparecem em quantidade significativa dos estabelecimentos e da área plantada (>60%). A prevalência de hortas se expressa principalmente em estabelecimentos mais recentes, originários a partir de partilha da propriedade entre famílias, resultados de casamentos e de direito a terras por herança. Em função também das hortaliças apresentarem flutuações de preço muito variáveis são sempre associadas a culturas permanentes como meio de segurança econômica do estabelecimento. As culturas permanentes mais frequentes são o cultivo de limão, pupunha, coco, laranja, e açaí. As roças aparecem em superfícies menores respondendo por parcela pequena de comercialização, a produção é destinada para o consumo local e venda em comunidades próximas além da feira de Vigia. São poucas as propriedades que apresentam os três sistemas de produção (hortas, culturas permanente e roças), quase sempre representando uma transitando para o abandono de uma das culturas.

A presença das culturas permanentes figura como estratégia de segurança econômica a médio e longo prazo, além de representarem entrada de recurso financeiro em diferentes épocas do ano. Em razão disso o cultivo de pupunha apresenta-se como significativo em função de seu valor de mercado, situação similar ocorre nos plantios de açaí e banana. A idade dos plantios de culturas permanentes na mesma área chega até 15 anos. Em entrevista com Dona Odilene, agricultora há mais de 30 anos e filha da comunidade, constatou-se que a diversidade produtiva na sua propriedade foi significativa para a seguridade econômica da família na “crise da pupunha”, mesmo seu estabelecimento mantendo 4 tarefas de roça. Neste caso, específico, ao enfrentar a vulnerabilidade do mercado da pupunha, a produção de coco garantiu o sustento da família.

Observou-se que embora o cultivo de mandioca tenha tido importância econômica histórica, este tem sofrido retração significativa nas últimas décadas tanto em função da concorrência com outros mercados que também abastecem Vigia de Nazaré como também do

aumento de área plantada dos segmentos acima citados. Apesar da diminuição, os plantios de roça são presentes em quantidade notável dos estabelecimentos mesmo com área retraída, apresentando sistemas que datam de até vinte anos de plantio.

Com exceção de um estabelecimento, de Seu Pedro, menor do que a média dos outros (200 x 500m) e localizado em área mais baixa na margem do rio Ubituba, todos apresentam área plantada (incluindo as áreas destinadas ao pousio) de até 50% do estabelecimento, com cultivos que variam até 35 anos. As áreas restantes são coberturas de floresta primária e secundária, esta última formada a partir da incorporação de outras áreas para o plantio dentro do recorte temporal mencionado.

Atualmente, a comunidade possui 28 famílias que totalizam cerca de 130 habitantes (ATAIDE, 2017); todas exercem alguma atividade ligada à terra, sendo que a grande maioria obtém renda exclusivamente da agricultura; outras fontes de renda complementares estão ligadas à benefícios sociais (Bolsa Família, por exemplo) ou aposentadorias. Ainda há famílias que complementam a renda trabalhando periodicamente em outros estabelecimentos ou em ocupações não agrícolas, ligadas ao funcionalismo público, mas que são do mesmo núcleo familiar em que parentes ou mantêm os plantios da família ou trabalham em regime de empreita³ nos estabelecimentos de outrem. As relações de trabalho e produção giram em torno do núcleo familiar.

Este é um indicativo importante de equidade dos ganhos econômicos obtidos da atividade agrícola, a manutenção deste indicativo se dá pela posse dos meios produtivos e controle da comercialização, feita pelos próprios moradores na feira de Vigia (principal mercado consumidor), desde o transporte da produção pela estrada em parceria com comunidades vizinhas até a chegada na feira.

A diversidade dos agrossistemas permite uma maior autonomia de gestão de crises em alguma ou outra cultura. Uma constatação interessante foi que as respostas dadas aos questionamentos sobre por que não avançar as áreas plantadas (portanto o plantio) contra as áreas de cobertura vegetal primária articulou duas dimensões importantes, a despeito do perfil do agrossistema: a mais pertinente dizia respeito a uma "consciência ecológica" que, dado o valor de uso e não de troca que os moradores atribuem aos bens naturais acabava por não gerar cobiça pela expansão de área plantada.

³ Regime de trabalho entre camponeses o qual não inclui pagamento via diárias, a jornada é definida pelo alcance de determinada meta, na maioria dos casos o pagamento é a divisão da produção.

A origem dessa racionalidade, na comunidade, se expressa ligada a vivência cotidiana no campo e compreensão dos bens naturais como condição fundamental de sobrevivência e componente essencial do modo de vida local.

Outra nuance interessante das respostas incorporava a insuficiência de mão de obra familiar para manejar novas áreas de cultivo: os desafios diante de uma crescente necessidade econômica eram superados através da diversificação do agrossistema em função de cultivos com atrativo valor de mercado, exemplificada na crescente atenção dada aos cultivos de açaí.

As dificuldades de acesso a financiamento público destinado ao segmento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Grupo B, gera descrédito na comunidade, pela burocracia, prazos e pelos valores disponibilizados. Fato que ajuda a entender a baixíssima recorrência ao programa por parte dos agricultores, mesmo este segmento creditício apresentando condições melhores em comparação com outras linhas de crédito.

A diversidade de sistemas produtivos que dialogam com rentabilidade, segurança alimentar e limitações de mão de obra familiar, aliados as percepções da comunidade sobre a necessidade de manutenção das áreas de florestas são elementos que sugerem uma estabilização dos sistemas produtivos com princípios de sustentabilidade ambiental.

4. Estabilização territorial da agricultura familiar em Santo Antônio do Tauá

Coloca-se aqui o perfil dos estabelecimentos familiares nas duas comunidades descritas acima em interface com componentes entendidos como fundamentais à estabilidade territorial de agricultores familiares, debatidos a nível teórico, ligando, portanto, experiências vistas em campo com condicionantes propostos por Hurtienne (2005) a partir dos discursos do ciclo de fronteira e atribuição da agricultura familiar a degradação ambiental.

O condicionante ecológico, empecilho técnico à permanência da agricultura de pequenos estabelecimentos na área pela alta taxa de pluviosidade e seguida pela lixiviação em solos já pobres e ácidos não foi suficiente para condicionar o avanço de fronteiras antigas, como em João Coelho, rumo a novas frentes de exploração. As variações de área plantada na comunidade, mais que em Taperinha (em função da colonização ordenada) avançaram gradativamente contra coberturas vegetais dentro da área da propriedade, salvando ainda as que mantêm área de cobertura vegetal primária.

Um ponto fundamental foi a constatação de que a agricultura de pousio, realizada em graus variáveis nas duas comunidades, representa um sistema muito mais complexo e estável

que a ideia de agricultura itinerante supõe, considerando a importância tanto de outras culturas na manutenção do "descanso da terra" como de áreas destinadas ao pousio por tempo maior sem implantação de alguma cultura.

A manutenção ecológica dos plantios de estabelecimentos complexos aproveita ainda a floresta secundária como vetor de equilíbrio ecológico do agrossistema, conforme analisa Hurtienne (2004; 2005), dado que:

As duas principais funções da vegetação de pousio para a manutenção da produtividade econômica das terras agrícolas consistem na acumulação de biomassa, cujos estoques de nutrientes são liberados para a lavoura através do fogo, e na contenção de ervas daninhas e pestes que imigram para a área durante o ciclo de cultivo anterior (DENICH; KANASHIRO, 1995) (HURTIENNE, 2004, p. 211).

A relação entre agricultura familiar e floresta secundária através do pousio resulta em taxas de evaporação próximas as de floresta primária e incontestavelmente mais alta que de pastagens por tratar-se de vegetação de rápido desenvolvimento, até 23% mais rápido que floresta primária absorvendo 80% de água, apenas 10% a menos que florestas primárias. Além disso, a vegetação secundária limita a lixiviação nos períodos muito chuvosos, nos períodos de seca, as raízes profundas desta vegetação mantém a água a níveis razoáveis de umidade no solo evitando o déficit de água e nutrientes (HÖLSCHER, 1995 *apud* HURTIENNE, 2004). As capoeiras, entendidas como:

Áreas de variadas dimensões, as quais se encontram em estágios diferenciados de formação florestal em ecossistemas alterados de modo radical por ações produtivas resultantes das decisões de camponeses, de fazendeiros e de empresas latifundiárias (COSTA, 2004 pp. 115).

Desempenham uma função nos sistemas produtivos das comunidades: a "formação de biomassa para aproveitamento na agricultura" (COSTA, 2004, p. 119) dentro do que o autor interpreta como resultado da inter-relação entre o tempo próprio de avanço natural do ecossistema com o tempo produtivo destinado ao pousio.

O possível encurtamento do ciclo de pousio ou a incorporação de novas áreas para plantio dentro dos estabelecimentos familiares, em João Coelho, representam uma mudança,

mas não fluiu para uma precariedade dos agrossistemas em função da integração crescente ao mercado e do crescimento populacional, o que desaguardaria em tese, na incorporação destas áreas pela pecuária ou por setores agrícolas mecanizados.

Observou-se que os agricultores de ambas as comunidades encontraram saídas produtivas para superar os impedimentos ecológicos, a despeito de uma cristalização de práticas agrícolas pensadas anteriormente por instituições e pesquisadores, desviando tanto da intensificação do uso por área como de crises agrícolas ou econômicas no estabelecimento. Em medida similar, condicionantes econômicas relacionados a falta de infraestrutura adequada, alto custo de escoamento e falta de acesso a crédito e assistência técnica também limitam a tendência de avanço contínuo da produção familiar rumo a novas áreas de florestas e reprodução do ciclo.

É notável, nas falas dos agricultores de João Coelho principalmente, que os obstáculos econômicos inibem em graus consideráveis a produtividade agrícola do município: a conversa com agricultores da família Lima, responsáveis por 4 tarefas destinadas ao cultivo de hortaliças, deixou claro a preocupação em perder mercado na Grande Belém para a concorrência com agricultores longínquos, mas com amplo apoio institucional de prefeituras, como os de Curuçá. Diante desta e de outras ameaças, a mobilização através de associações foi uma saída encontrada pelos produtores na busca de alternativas econômicas e fortalecimento da produção interna.

A estabilização atinge um patamar socioeconômico de geração e distribuição de renda na cadeia produtiva; o trabalho familiar nas duas comunidades é um contraponto a ideia de que crescimento econômico no campo é inerente a relações trabalhistas baseadas no trabalho assalariado em médios e grandes empreendimentos altamente capitalizados. Ou ainda, que a diversificação das fontes de renda domésticas representa uma ameaça a seguridade da produção agrícola. Pelo contrário, nos contextos analisados observa-se uma otimização das capacidades produtivas a partir da renda advinda de atividades não agrícolas.

Por outro lado, em Taperinha não há uma formalização destes acordos internos de ajuda mútua em associações ou qualquer forma de organização comunitária, o que não pressupõe inércia dos agricultores. Através de parcerias estes escoam sua produção em veículos próprios rumo aos mercados de Vigia.

Em ambas as comunidades, o baixo apoio de agências de extensão rural também não representa um obstáculo para a manutenção das potencialidades produtivas, ainda que muitos dos entrevistados entendessem que o apoio via assistência técnica contribuiria positivamente

para a otimização produtiva dos agricultores. Em contrapartida, relatórios da Emater, na sede do município, apresentaram trabalhos de extensão rural em 93 estabelecimentos em João Coelho, mas os agricultores entrevistados relatam pouca efetividade do modelo de extensão adotado, restritos a visitas muito pontuais.

A posse e titulação da terra, pensada por Hurtienne (2005) como condicionante essencial para a estabilização ou não dos estabelecimentos menores é compreendida aqui na mesma importância. A seguridade fundiária nas duas comunidades representa uma necessidade de trato mais cuidadoso a médio e longo prazo com o principal recurso do modelo de reprodução do agricultor familiar, a terra. Portanto, um condicionante essencial de manutenção da sustentabilidade dos estabelecimentos rurais na região e contenção de um dos padrões de desmatamento.

Em comparação com fronteiras antigas, Costa (1992, 1996, 1997) verifica que a instabilidade fundiária e as tensões de disputas territoriais configuram uma dinâmica de uso e manejo que não favorece investimentos a médio e longo prazo na propriedade, essa instabilidade enfrentada pelo pequeno produtor familiar traz consigo riscos de incorporação das suas propriedades pelos grandes proprietários. Estas conclusões coadunam com as de Freitas (1999), em seus estudos sobre sustentabilidade camponesa no Maranhão, ao pensar que um dos fatores fundamentais para se promover a sustentabilidade (ou não) dos estabelecimentos familiares é a sua segurança fundiária:

A falta de sustentabilidade da maioria dos sistemas de cultivo dos camponeses do Maranhão, portanto, não deve ser atribuída exclusivamente a uma suposta ineficiência tecnológica e econômica do processo produtivo agrícola, mas, também, à concentração de terras nas mãos de uma minoria de latifundiários, visto que a restrição ao acesso à terra, que afeta as novas gerações de camponeses, deve-se à estrutura agrária vigente, que se caracteriza pelo predomínio de grandes propriedades latifundiárias (FREITAS, 1999, p. 166).

Tratando-se de comunidades, principalmente no caso de João Coelho, com expressiva densidade demográfica e integração a mercados urbanos, é inadequado entender as práticas produtivas e estratégias de gestão e manejo dos recursos como insustentável, itinerante e de subsistência. Ao contrário, as práticas e formas de manejo são frutos de experiências cotidianas e aprendizados dos produtores, especialmente em regiões das antigas fronteiras de

ocupação, como no caso das comunidades abordadas neste trabalho. Pois trata-se aqui de estabelecimentos em estágio evolutivo pautado na complexificação e otimização do uso de área plantada tanto através do emprego estratégico do trabalho familiar, rotação de área dentro da propriedade e balanceamento de insumos químicos e orgânicos.

A hipótese de tradições agrícolas não adaptadas aos contextos ecológicos da Amazônia, condicionamento social atrelado ao ciclo de fronteira, demonstrou ter validade limitada. Esta hipótese tem força explicativa se associada à racionalidade desenvolvimentista e ao padrão de ocupação via estradas que durante a segunda metade do século passado penetraram a floresta trazendo consigo agricultores e tantos outros segmentos e empreendimentos produtivos inseridos na Amazônia num contexto em que desmatamento se associava a progresso.

No entanto, como demonstrou-se que as trajetórias camponesas não são um estágio cristalizado de reprodução socioespacial, mas dinâmicas em interação constante com fatores internos, como desafios ecológicos, econômicos e territoriais, além dos desafios competitivos ligados a inserção nos mercados. Pressupõe-se, portanto, inicialmente uma adaptabilidade sócio ecológica em função de:

As populações, que em grande parte haviam migrado do Nordeste, haviam aprendido a conviver com a floresta, se apropriando do saber das populações indígenas acerca das ervas medicinais, frutos aromáticos e comestíveis, além de venenos como o timbó, que facilitavam a pesca etc. (GONÇALVES, 2012, p. 104).

As práticas, experimentos e aprendizagem acumulada sobre a natureza e a imbricação deste nas práticas agrícolas representam uma divisão apenas no nível didático e conceitual quando que na realidade, fazem parte de um todo sistêmico que integra tanto o agrossistema quanto os saberes da floresta e a cultura ligada ao ato de produzir e utilizar-se dos bens oferecidos pela natureza, numa constante dinâmica; bem lembra Toledo & Barrera-Bassols (2009) que:

O fenômeno resultante é um processo histórico de acumulação e transmissão de conhecimentos, não isento de experimentação, que toma a forma de uma espiral em várias escalas espaço-temporais: desde a do próprio produtor já que durante cada ciclo produtivo sua experiência se vê paulatinamente incrementada sobre a base do aprendido no ciclo imediatamente anterior, até

a da comunidade cultural, já que o conhecimento vai se aperfeiçoando (e adaptando) geração pós-geração, à realidade local de cada presente (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009, p. 36).

Nas duas comunidades, esta assertiva é implícita nas práticas cotidianas: os obstáculos agroecológicos enfrentados no início do processo de ocupação não representaram uma irracionalidade produtiva que pressuporia uma postura inerte dos agricultores, mas um aprendizado agregado diariamente do sistema que interage e interfere na produtividade agrícola e manejo com os bens naturais disponíveis.

É preciso ressaltar que os fatores de estabilização até aqui interpretados resultam de iniciativas de gestão e manejo desenvolvidos através da cooperação e troca de experiências entre os agricultores das duas comunidades, como uma estratégia de superação da falta de assistência técnica e extensão rural pelo poder público.

Percebe-se nas duas comunidades um constante aperfeiçoamento das práticas de manejo dos sistemas produtivos, aliando valores ecológicos, culturais e econômicos para as tomadas de decisões de reprodução familiar. Em um cenário de limitada capacidade de investimento e inovação em função das omissões de fomento público ao pequeno produtor, limitações de escoamento da produção, os pequenos produtores desenvolveram uma dinamização produtiva capaz de dialogar com cenários de crises e de buscar melhorias de rendas através da valorização de seus conhecimentos de mercado e manejos de recursos naturais, mesmo em uma região de fronteira de ocupação antiga, onde poderiam supor uma “estagnação” produtiva.

5. Considerações finais

Neste trabalho, procuramos contribuir no entendimento de como os diversos componentes relacionados à estabilidade territorial da agricultura familiar atuam de forma combinada pautado nas experiências de produtores familiares de duas comunidades em uma fronteira de ocupação antiga do nordeste paraense. Suas práticas de manejo dos agrossistemas, segurança fundiária, experiências organizativas e relações com o mercado favorecem sua permanência na terra e reprodução social como agricultores familiares, inviabilizando a manutenção do ciclo de fronteira contra áreas de floresta. Assim, apresentam condições fundamentais para a estabilização territorial a partir da chamada complexificação dos agrossistemas, em contextos a médio e longo prazo, inviáveis em fronteiras instáveis.

Nesta perspectiva, a análise dessas duas comunidades num esforço sistêmico de integrar elementos históricos, sociais, ecológicos e econômicos na análise da evolução das trajetórias dos agrossistemas indica a prevalência de uma dinâmica constantemente atualizada por meio de aprimoramento das estratégias das famílias frente a instabilidades econômicas e produtivas, demonstrando que há uma tendência diferenciada da ideia de ciclo de fronteira pensada para regiões de colonização pela agricultura familiar na Amazônia.

Muitas lições são aprendidas na experiência de reprodução da vida econômica dos agricultores aqui apresentados, destacamos que o acesso ao mercado é componente chave na manutenção da estabilização territorial: ainda que concorram com outros segmentos e agentes no mercado, o controle produtivo, logístico e comercial (entende-se aqui como a ausência de atravessadores e aviadores) destes agricultores é central para a seguridade de certo grau de autonomia combinada com a viabilidade de complexificar o sistema produtivo. É um cenário positivo se comparado à subordinação da produção e do trabalho familiar no campo pelo capital amplamente apresentado pela literatura.

Estes indicativos partem da busca por autonomia (re) produtiva familiar diante de agentes adversos, seja a contínua expansão do agronegócio e a escassez de fomento estatal voltado para o fortalecimento do segmento. Isto demonstra um processo de resistência dos agricultores familiares ao grande capital no campo, enquanto processo linear pautado na monocultura e degradação ambiental. Logo, as reflexões sobre sustentabilidade e agrossistemas precisam ampliar suas análises conciliando interpretações econômicas, sociais e ambientais, na direção do que destaca o autor abaixo:

Duas coisas têm marcado a discussão ambientalista recente sobre a Amazônia. A primeira é que, curiosamente, a discussão sobre o agrário, nessa ótica, tem-se feito sem maior interação com a discussão sobre sustentabilidade. A segunda é que as noções de sustentabilidade, quando acionadas, estão bem pouco impregnadas de conteúdo social. Em termos formais: os modelos que têm orientado a discussão sobre o uso agropecuário e extrativo dos recursos naturais não incorporam os resultados dos modelos que operacionalizam noções de sustentabilidade, os quais, por seu turno, têm tido dificuldade de internalizar variáveis que explicitem as determinações econômico-sociais na conformação, desenvolvimento e crise dos sistemas ecológicos (COSTA, 2000, p. 102).

Uma abordagem holística das relações entre diferentes modelos de produção agrícola e suas interações com os bens naturais proporciona interpretações mais robustas que busque um balanço entre ganho econômico e proteção ambiental; rompendo assim com a lógica de modelos estritamente capitalista de produção e incorporando condicionantes que possibilitem distribuição de renda, e valorização dos sistemas de produção familiares que promovem os serviços ecossistêmicos e justiça social na produção de alimentos no campo. Para isto, importa destacar que:

As instituições que fazem as políticas públicas orientadas para a sustentabilidade devem considerar os sistemas produtivos em desenvolvimento, avaliando-os tanto pelo seu potencial de sustentabilidade, quanto pelo seu peso na realidade econômico-social em questão – no seu sistema agrário. Por seu turno, o potencial de sustentabilidade deve incorporar tanto a perspectiva privada de economicidade quanto os atributos sistêmicos que informam quanto à sua resiliência – diversidade, equidade e densidade (COSTA, 2000, p. 117).

Ainda, sugerimos que são imprescindíveis abordagens teórico-metodológica mais holísticas para interpretar realidades ao nível de comunidades como abordadas nesse trabalho, valorizando mais elementos dos modelos de agrossistema familiares construídos a partir das vivências e experiências dos produtores em regiões de fronteira de ocupação. A análise e valorização das experiências vividas destes sujeitos é um fator importante para compreender as escolhas feitas hoje e as tendências futuras, numa constante dinâmica e interação com elementos externos ao sistema, como as políticas públicas e as tensões territoriais não apenas de caráter fundiário, mas político e econômico; análogo às perspectivas de Hurtienne (2005), que defende a maior necessidade de interpretação da pequena propriedade familiar a partir de um enfoque sistêmico.

Os múltiplos contextos da agricultura familiar na Amazônia guardam uma diversidade socioprodutiva, econômica e ecológica que ajudam na construção de alternativas apropriadas para geração de renda com sustentabilidade ambiental em um contexto regional. Com a continua reflexão sobre essas realidades, as abordagens teóricas tenderão a dar mais visibilidade da eficiência dos sistemas produtivos familiares, fornecendo assim maiores subsídios para formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional com bases sustentáveis.

Referências bibliográficas

BECKER, B. K. **Síntese do processo de ocupação da Amazônia**: lições do passado e desafios do presente. Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Brasília: MMA, v. 1, p. 5-28, 2001.

CONCEIÇÃO, M. **Políticas e colonos na Região Bragantina**, estado do Pará: um trem, a terra e a mandioca. 1990. 319f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

CONCEIÇÃO, M. F. C. **Reprodução social da agricultura familiar**: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. In: HÉBETTE, J. MAGALHÃES, S. B. MANESCHY, M. C; (org.). No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

COSTA, F. A. Agricultura familiar em transformação na Amazônia: o caso de Capitão Poço e suas implicações para a política e o planejamento agrícola regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 27, n. 4, p. 633-672, 1996.

COSTA, F. A. Diversidade estrutural e desenvolvimento sustentável: novos supostos de política de planejamento agrícola para a Amazônia. In XIMENES T. (Org.). **Perspectiva do desenvolvimento sustentável**: uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: NAEA/UFPA, p. 225-270, 1997.

COSTA, F. A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: NAEA-UFPA, 1992.

COSTA, F. A. PATH dependency e a transformação agrária do bioma amazônico: o sentido econômico das capoeiras para o desenvolvimento sustentável. **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, n. 2, p. 111-158, 2004.

COSTA, F. A. Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre agricultura familiar na Amazônia. **Paper do NAEA**, n. 12, 1994.

COSTA, F. A. Indicadores de prioridade para políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento sustentável na Amazônia: Uma construção orientada a sistemas de produção do Nordeste Paraense. **Novos Cadernos Naea**, v. 3, n. 1, p. 101-118, 2000.

ÉGLER, E. G. A zona Bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 23, n. 3, p. 527-555, 1961.

FREITAS, A. C. R. A crise ecológica na agricultura familiar do estado do Maranhão: contribuições para um debate. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, 1999.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO, R. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In COSTA, J. M. M. (Org.). **Amazônia**: desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, p. 141-191. 1979.

HURTIENNE, T. P. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, p. 19-71, 2005.

HURTIENNE, T. P. Análise socioeconômica dos sistemas de uso da terra por pequenos proprietários na Amazônia Oriental. **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, n. 2, p. 187-272, 2004.

HURTIENNE, T. P. Agricultura familiar na Amazônia Oriental. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 1, p. 75-94, 1999.

MARTINS, J. S. **O tempo da fronteira**: retorno a controversia sobre o tempo historico da frente de expansao e da frente pioneira. São Paulo: Hucitec, 1997.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e uso da terra na Região Bragantina do estado do Pará**. Belém: UFPA, v. 2, 1967.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. 3ª edição – São Paulo: Contexto, 2012.

SCHMINK, M.; WOOD, C.H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2012.

TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ANO II, n. 3, 2008.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 31-45, 2009.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. [2. ed.]. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).